

INICIAÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA

MARCONDES, Danilo
Cap. 6 (p.93-99)

H. O CETICISMO E A TRADIÇÃO CÉTICA

"Ceticismo" é um desses termos filosóficos que se incorporaram à linguagem comum e que, portanto, todos julgamos saber o que significa. Ao examinarmos a tradição cética vemos, no entanto, que não há um ceticismo, mas várias concepções diferentes. Mesmo o que podemos considerar a "tradição cética" não se constituiu linearmente a partir de um momento inaugural ou da figura de um grande mestre, tratando-se muito mais de uma tradição reconstruída. São algumas das características centrais da formação dessa tradição - seu sentido, suas rupturas internas e suas ramificações - que examinaremos em seguida. Um bom ponto de partida para se tentar distinguir os vários sentidos de "ceticismo" é um texto de Sexto Empírico, nossa principal fonte de conhecimento do ceticismo antigo. Em suas *Hipotiposes pirrônicas*, logo no capítulo de abertura (I. 1), é dito que:

O resultado natural de qualquer investigação é que aquele que investiga ou bem encontra o objeto de sua busca, ou bem nega que seja encontrável e confessa ser ele inapreensível, ou ainda, persiste na sua busca. O mesmo ocorre com os objetos investigados pela filosofia, e é provávelmente por isso que alguns afirmaram ter descoberto a verdade, outros, que a verdade não pode ser apreendida, enquanto outros continuam buscando. Aqueles que afirmam ter descoberto a verdade são os "dogmáticos"; assim são chamados especialmente, Aristóteles, por exemplo, Epicuro, os estoicos e alguns outros. Clitômaco, Carnéades e outros acadêmicos consideram a verdade inapreensível, e os céticos continuam buscando. Portanto, parece razoável sustentar que há três tipos de filosofia: a dogmática, a acadêmica e a cética.

Portanto, segundo a interpretação de Sexto, há uma diferença fundamental entre a Academia de Clitômaco e de Carnéades, e o ceticismo. Enquanto os acadêmicos afirmam ser impossível encontrar a verdade, os céticos, por assim dizer "autênticos", seguem buscando. Aliás, o termo *skepsis* significa literalmente "investigação", "indagação". Ou seja, a afirmação de que a verdade seria inapreensível já não caracterizaria mais uma posição cética, e sim uma forma de dogmatismo negativo. A posição cética, ao contrário, caracterizar-se-ia pela suspensão de juízo (*époché*) quanto à possibilidade ou não de algo ser verdadeiro ou falso. E nisso que consiste o ceticismo efetivo, ou

suspensivo, que Sexto considera o único a merecer o nome de "ceticismo", e que seria proveniente da filosofia de Pirro de Elis. Daí a reivindicação de equivalência entre ceticismo e pirronismo. Sexto relata que os céticos denominavam-se pirrônicos porque Pirro "parece ter se dedicado ao ceticismo de forma mais completa e explícita que seus predecessores".

Procuremos descrever os caminhos do desenvolvimento das várias posições filosóficas que vieram a ser consideradas céticas no pensamento antigo. Como veremos, esses caminhos se cruzam de várias formas. É possível, assim, distinguir:

1. O protoceticismo: fase inicial em que podemos identificar tendências e temas céticos já na filosofia dos pré-socráticos (sec. VI a.C.). É a esses filósofos que Aristóteles se refere no livro IV da *Metafísica*.
2. O ceticismo inaugurado por Pirro de Elis (360-270 a.C.), cujo pensamento conhecemos através de fragmentos de seu discípulo Tímon de Flíeis (325-235 a.C.).
3. O ceticismo acadêmico, correspondendo à fase cética da Academia de Platão iniciada por Arcesilau (por vezes conhecida como Média Academia) a partir de 270 a.C., vigorando até Carnéades (219-129 a.C.) e Clitômaco (175-110 a.C.), a assim chamada Nova Academia. Com Filon de Larissa (c. 110 a.C.) a Academia abandona progressivamente o ceticismo (4ª Academia). Conhecemos essa doutrina sobretudo a partir do diálogo *Academica* (priora et posteriora) de Cícero (c.55 a.C.).
4. O pirronismo ou ceticismo pirrônico: Enesidemo de Cnossos (séc. I a.C.), possivelmente um discípulo da Academia no período de Filon, procura reviver o ceticismo buscando inspiração em Pirro e dando origem ao que ficou conhecido como ceticismo pirrônico, cujo pensamento nos foi transmitido basicamente pela obra de Sexto Empírico (sec. II d.C.).

Embora Pirro de Elis seja considerado o fundador do ceticismo antigo, é possível apontar outros precursores do ceticismo, ou representantes de uma forma de "protoceticismo", tais como Demócrito de Abdera e os atomistas posteriores como Metrodoro (sec. IV a.C.), mestre do próprio Pirro; os mobilistas discípulos de Heráclito, como Crátilo; e os sofistas, sobretudo um defensor do relativismo como Protágoras. Esses filósofos são, p.ex., alvo de Aristóteles no livro (IV) da *Metafísica*, quando sustentam que o princípio da não contradição deve ser pressuposto mesmo por aqueles que exigem provas de todos os princípios ou que afirmam que algo é e não é, uma vez que esse princípio é pressuposto pela simples existência do discurso significativo (id., 1006a5-22). Os argumentos de Aristóteles em defesa do princípio da não contradição mostram a existência, se não

do ceticismo, ao menos de elementos céticos nos filósofos présocráticos e nos sofistas. A desconfiança em relação aos dados sensoriais, a questão do movimento na natureza que torna o conhecimento instável, e a relatividade do conhecimento às circunstâncias do indivíduo que conhece, são alguns destes temas, que reaparecerão, p.ex., sistematizados nos tropos de Enesidemo (*Hipotiposes pirrônicas*, cap. XIV).

No entanto, é de fato Pirro que é identificado como o iniciador do ceticismo. Conhecemos sua filosofia apenas através de seu discípulo Tímon, de quem subsistiram alguns fragmentos, já que o próprio Pirro jamais teria escrito uma obra filosófica. Pirro pertence assim àquela linhagem de filósofos, entre eles Sócrates, para quem a filosofia não é uma doutrina, uma teoria, ou um saber sistemático, mas principalmente uma prática, uma atitude, um *modus vivendi*. Tímon relata as respostas dadas por Pirro a três questões fundamentais: 1) Qual a natureza das coisas? Nem os sentidos nem a razão nos permitem conhecer as coisas tais como são, e todas as tentativas resultam em fracasso. 2) Como devemos agir em relação à realidade que nos cerca? Mais exatamente: porque não podemos conhecer a natureza das coisas, devemos evitar assumir posições acerca disto. 3) Quais as consequências dessa nossa atitude? O distanciamento que mantemos leva-nos à tranquilidade. O ceticismo compartilha com as principais escolas do helenismo - o estoicismo e o epicurismo - uma preocupação essencialmente ética, ou prática. É dessa forma que devemos entender o objetivo primordial da filosofia de Pirro: atingir a *ataraxia* (imperturbabilidade), alcançando assim a felicidade (*eudaimonia*).

Segundo uma tradição mencionada por Diógenes Laércio, Pirro e seu mestre Anaxarco de Abdera teriam acompanhado os exércitos de Alexandre até a Índia. Nesse período teriam entrado em contato com os gimnosofistas (os "sábios nus", possivelmente faquires e mestres iogues), que os teriam influenciado sobretudo quanto à prática do distanciamento e da indiferença às sensações. Esta seria uma possível origem das noções céticas de *apathia* (a ausência de sensação) e *apraxia* (a inação), que caracterizariam a tranquilidade. Daí derivaria a tradição anedótica segundo a qual Pirro precisava ser acompanhado por seus discípulos, já que, com sua atitude de duvidar de suas sensações e percepções, estava sujeito a toda sorte de perigos, como ser atropelado ao atravessar a rua ou cair num precipício.

Outra tradição, também citada por Diógenes Laércio, entretanto, sustenta que Pirro teria vivido como cidadão exemplar, bastante respeitado e chegando a sumo sacerdote de sua cidade de Elis. O

ceticismo não implicaria assim uma ruptura com a vida prática, mas apenas um modo de vivê-la com moderação (*metriopatheia*) e tranquilidade.

É curioso que o termo "acadêmico" tenha se tornado, embora de forma imprecisa, sinônimo de "cético", uma vez que Platão estava longe de ser um filósofo cético." Isso tem feito com que os principais historiadores do ceticismo sejam sempre muito ciosos da necessidade de se distinguir claramente o ceticismo acadêmico do ceticismo pirrônico. Nem sempre, entretanto, esse cuidado foi observado na tradição, e uma das principais e mais influentes tentativas de refutação do ceticismo na Antiguidade, o diálogo *Contra acadêmicos* de santo Agostinho (séc. IV), identifica pura e simplesmente o ceticismo com a Academia. Dois fatores são importantes nesse ponto: 1) a possível influência de Pirro de Elis, o iniciador do ceticismo, sobre Arcesilau; e 2) a existência de elementos céticos no pensamento do próprio Platão.

Depois de uma fase "pitagorizante" logo após a morte de Platão, desenvolvendo em seguida uma preocupação essencialmente ética, o que caracterizou a chamada Velha Academia, a Academia entra em uma fase cética sob a liderança de Arcesilau (315-240 a.C.), e posteriormente de Carnéades (219-129 a.C.), conhecida por Nova Academia.

[...]

É com Arcesilau que a Academia ingressa em uma fase cética. Há controvérsia entre os principais historiadores e intérpretes do ceticismo antigo sobre se teria ou não havido uma influência direta de Pirro sobre Arcesilau. Sexto Empírico (HPI, 234) refere-se à antiga anedota que caracterizava Arcesilau como uma quimera, uma figura monstruosa resultante da combinação das seguintes partes: Platão na frente, Pirro atrás e Diodoro Cronus (lógico da escola megárica, séc. IV a.C.) no meio. O inverso é dificilmente admissível, uma vez que Pirro já havia falecido quando Arcesilau assumiu a liderança da Academia (c.270 a.C.). Alguns intérpretes simplesmente consideram mais plausível que o ceticismo acadêmico tenha tido uma origem independente, derivando-se do pensamento do próprio Platão.

[...]

O ceticismo acadêmico deve ser considerado sobretudo a partir de sua polêmica com a filosofia estoica. Os estoicos foram de fato os principais adversários dos acadêmicos, Arcesilau polemizando com Cleantes e Carnéades com Crisipo. O ponto de partida da disputa entre o estoicismo e o

ceticismo acadêmico parece ter sido a questão do critério de verdade que serviria de base para a epistemologia estoica. Os céticos levantavam uma dúvida sobre a possibilidade de se adotar um critério de verdade imune ao questionamento, enquanto os estoicos mantinham a noção de *phantasia kataleptiké* (termo de difícil tradução, podendo talvez ser entendido como "apreensão cognitiva") como base de sua teoria do conhecimento.

A noção de *époché* (suspensão do juízo) é tradicionalmente considerada central à estratégia argumentativa cética. E discutível, no entanto, se esta noção encontra-se já em Pirro. O mais provável é que não. Temos em Pirro as noções de *apraxia* (inação), *aphasia* (ausência de discurso), *apathia* (ausência de sensações), que levariam à *ataraxia*, mas aparentemente não temos ainda a *époché* propriamente dita. De fato, a noção de *époché* parece ser de origem estoica, ou pelo menos era usada correntemente pelos estoicos. É parte da doutrina estoica, já encontrada em Zenão, que o sábio autêntico deve suspender juízo em relação àquilo que é inapreensível evitando, assim, fazer afirmações falsas. Em sua polêmica com os estoicos e, sobretudo, em seu questionamento dos critérios epistemológicos do estoicismo, Arcesilau sustenta que dada a ausência de um critério decisivo devemos na realidade suspender o juízo a respeito de tudo. Diante de paradoxos como o do sorites e o da pilha de sal, Crisipo teria se recolhido ao silêncio, e este silêncio é entendido como *époché*, suspensão, ausência de resposta, impossibilidade de afirmar ou negar. Se, segundo os estoicos, o sábio deve suspender o juízo acerca do inapreensível, então, conclui Arcesilau, deve suspender o juízo acerca de qualquer pretensão ao conhecimento, uma vez que nenhuma satisfará o critério de validade. Assim, Arcesilau estende e generaliza a noção estoica de suspensão, adotando-a como característica central e definidora da atitude cética.

O ceticismo se caracterizaria, portanto, como um procedimento segundo o qual os filósofos em sua busca da verdade se defrontariam com uma variedade de posições teóricas (o dogmatismo). Essas posições encontram-se em conflito (*diaphonia*) uma vez que são mutuamente excludentes, cada uma se pretendendo a única válida. Dada a ausência de critério para a decisão sobre qual a melhor dessas teorias, já que os critérios dependem eles próprios das teorias, todas se encontram no mesmo plano dando-se, assim, a *isosthenia*, ou equipolência. Diante da impossibilidade de decidir, o cético suspende o juízo e, ao fazê-lo, descobre-se livre das inquietações. Sobrevém assim a tranquilidade almejada. Temos portanto o seguinte esquema, que parece ser um desenvolvimento das respostas de Pirro às três questões fundamentais da filosofia:

zétesis (busca) -> *diaphonia* (conflito) -> *isosthenia* (equipolência) -> *époché* (suspensão) -> *ataraxia* (tranquilidade).

[...]

Com o advento do cristianismo e sua institucionalização como religião oficial do Estado no Império Romano a partir do séc. IV, se dá o progressivo ocaso das filosofias pagãs, inclusive do ceticismo. Podemos supor assim que, com a hegemonia de um pensamento fortemente doutrinário como a filosofia cristã, não tenha havido espaço para o florescimento do ceticismo. Os argumentos céticos, e sobretudo a noção de *diaphonia*, foram, entretanto, usados com frequência por teólogos e filósofos cristãos como Eusébio (260-340) e Lactâncio (240-320), principalmente nesse período inicial, para mostrar como a filosofia dos pagãos era incerta, marcada pelo conflito e incapaz de alcançar a verdade. Em c.386 santo Agostinho escreveu seu diálogo *Contra acadêmicos*, em que pretende refutar o ceticismo acadêmico. A influência de santo Agostinho no Ocidente em todo o período medieval explica em grande parte o desinteresse pelo ceticismo. Referências ao ceticismo antigo e discussões de questões céticas estão, salvo algumas exceções, ausentes da filosofia medieval.

[...]

Parte III, cap 1, p. 159-163.

F. A RETOMADA DO CETICISMO ANTIGO

É curioso que o ceticismo antigo, tanto em sua vertente pirrônica quanto acadêmica, tenha sido praticamente ignorado no período medieval, e ressurgido de maneira tão forte no início do pensamento moderno, podendo mesmo ser considerado uma das correntes filosóficas mais importantes e influentes da época, com uma contribuição decisiva para a formação desse pensamento, como demonstrou Richard Popkin (*O ceticismo de Erasmo a Spinoza*)

O interesse pelo ceticismo antigo é retomado no Renascimento como parte do movimento de volta aos clássicos. A Idade Média havia em grande parte ignorado os céticos devido à refutação do ceticismo por santo Agostinho em seu diálogo *Contra acadêmicos*, embora alguns pensadores da patrística dos primeiros séculos da era cristã, como Eusébio e Lactâncio, tenham discutido argumentos dos filósofos céticos. No contexto da retomada dos clássicos destaca-se a obra de

Cícero (séc.I a.C.), um grande mestre de retórica e oratória, um grande estilista da língua latina, autor de um tratado político sobre a república romana e um pensador preocupado com questões de ética. Todos esses elementos foram bastante valorizados pelos humanistas. Cícero é sem dúvida um dos filósofos mais influentes nessa volta aos clássicos. Além disso, seu diálogo *Hortensius*, hoje perdido, foi o ponto de partida do interesse filosófico de santo Agostinho, o que o tornava aceitável aos cristãos. Tudo isso explica sua importância e influência nesse momento. Ora, Cícero, um pensador eminentemente eclético, foi também autor dos *Academica*, um diálogo sobre o ceticismo, e uma das fontes principais da retomada dessa filosofia.

Outra fonte importante foi Diógenes Laércio, cuja *Vida e doutrina dos filósofos ilustres*, traduzida para o latim no séc. XV, constitui o ponto de partida da redescoberta de muitos filósofos antigos até então ignorados, bem como o modelo de algumas histórias da filosofia, ou quase "crônicas filosóficas", que serão escritas em seguida. Finalmente, a obra de Sexto Empírico, o principal expositor do ceticismo antigo em sua vertente pirrônica, é traduzida no séc. XVI, passando a influenciar fortemente o pensamento filosófico, principalmente quanto à discussão sobre a natureza humana e sobre a possibilidade do conhecimento de Montaigne a Hume e Kant. Os tropos, argumentos tradicionais dos cétricos contra os dogmáticos, encontram-se presentes em muitos filósofos desse período.

As fontes cétricas estavam portanto disponíveis, e o contexto da época - com suas crises profundas, rupturas e conflitos - favorecia a retomada das discussões dos cétricos antigos. Examinemos um pouco melhor estes pontos de retomada do ceticismo.

Os cétricos se destacaram na Antiguidade pelo questionamento das pretensões dogmáticas ao saber e por apontarem a inexistência de um critério decisivo para resolver disputas e conflitos entre teorias rivais. Ora, a crise da escolástica, a rivalidade entre protestantes e católicos, aristotélicos e platônicos, bem como a oposição entre ciência antiga e ciência moderna, parecem reproduzir exatamente o cenário de conflito de doutrinas discutido pelos cétricos, despertando assim o interesse pelos argumentos desses filósofos.

Além disso, os cétricos foram talvez os primeiros filósofos a questionar a possibilidade do conhecimento e a levantar a questão sobre os limites da natureza humana do ponto de vista cognitivo, o que será um dos grandes temas do pensamento moderno até Kant.

Nicolau de Cusa, em seu *De docta ignorantia* (1440), é um precursor dessa temática, argumentando que os limites de nosso entendimento só podem ser superados pela fé. Em seu *De conjecturis*, sustenta que todo conhecimento é conjectural e que a certeza é impossível, atacando as demonstrações lógicas dos aristotélicos e propondo em lugar disso uma arte conjectural com tabelas numéricas de inspiração pitagórica e neoplatônica. A única saída está no elemento divino na natureza humana; vê assim o homem como um microcosmo que reflete em si a grandeza do macrocosmo.

Argumentos nessa linha, contra as pretensões tradicionais à cientificidade, encontram-se em Cornelio Agripa de Nettesheim (1486-1535), um antigo defensor do ocultismo, cujo *De incertitudine et vanitate scientiarum et artium* (*Sobre a incerteza e o caráter vão das artes e das ciências*) defende a revelação e a fé como únicas possibilidades de superar a incerteza de uma ciência incapaz de alcançar o verdadeiro saber.

O principal crítico da ciência tradicional e do método aristotélico foi o médico de origem portuguesa Francisco Sanchez (1550-1623). Em sua obra *Quod nihil scitur* (*Que nada se sabe*), de 1581, Sanchez ataca o ideal de uma ciência dedutivamente demonstrada, defendendo a experimentação e a verificação como único método aceitável, ainda que possibilitando apenas conclusões parciais e limitadas.

Erasmus de Rotterdam, em sua polémica com Lutero acerca do livre-arbítrio, já havia levantado o problema do critério quanto à questão da interpretação das Sagradas Escrituras. Contra a defesa por Lutero da interpretação do fiel baseada em sua luz natural como mais autêntica do que a da Igreja, Erasmo contraargumenta que não temos por que considerar essa interpretação como melhor, já que não temos um critério independente para avaliá-la, o que só seria possível por meio de um acesso direto à palavra de Deus. Não há motivo, portanto, segundo Erasmo, para não aceitarmos a interpretação tradicional, já que no fundo todas se equivalem. A oposição entre a interpretação protestante e a católica suscita assim a problemática, tipicamente cética, da ausência de um critério conclusivo para se resolver a divergência.

No entanto, é talvez Michel de Montaigne (1533-92) quem pode ser considerado o filósofo mais importante desse período, quanto à retomada e ao desenvolvimento do ceticismo. inclusive devido à

sua influência sobre Descartes. Na "*Apologia de Raymond Sebond*", um dos textos mais longos dos Ensaíes, Montaigne faz uma apresentação dos argumentos e princípios básicos do ceticismo antigo, que serviu de ponto de partida para muitas das discussões sobre o ceticismo nos sécs. XVI e XVII. Sua visão cética tem na verdade uma dimensão mais ética do que epistemológica ao defender um ideal de vida equilibrado e moderado. Essa posição foi importante devido ao grande prestígio político e intelectual de Montaigne, defensor da necessidade de adoção de uma atitude de tolerância religiosa no momento em que a França se encontrava dividida entre católicos e protestantes em guerra. Segundo Montaigne, não temos argumentos racionais para a defesa da religião, todos os argumentos sendo questionáveis pelo ceticismo; não há portanto por que defender uma determinada religião contra as outras em um sentido tão radical que leve à guerra, à morte e à destruição. Montaigne adota assim um fideísmo moderado: já que não há argumentos em favor de uma determinada interpretação filosófica ou teológica da religião, é a fé que deve prevalecer. A fé não necessita de defesa racional, ou de argumentos a seu favor, por ser uma experiência do indivíduo, e é nisso que se apoia.

A visão cética de Montaigne pode ser considerada um dos pontos de partida do subjetivismo e do individualismo que encontramos na obra de filósofos do séc. XVII como Descartes. Diante de um mundo de incertezas, mergulhado em guerras e conflitos religiosos e políticos, o homem refugia-se dentro de si.